

Pedro Demo*

Impasse Neoliberal

RESUMO: O neoliberalismo significa a recuperação do contexto liberal dominado pela regulação do mercado com respeito ao desenvolvimento da economia e da sociedade. A análise reconhece ser o neoliberalismo um impasse, porque é impraticável a regulação do mercado pela cidadania. O que ocorre é a regulação da cidadania pelo mercado, de maneira implacável. As políticas sociais tendem, assim, a ser compensatórias, jamais tocando a dinâmica da concentração da renda e do poder. Tomam-se apenas distributivas, ou seja, distribuem restos orçamentários para uma população considerada resto, por mais que possam ser maiorias. É inviável, ao mesmo tempo, inserir no mercado de trabalho toda a população economicamente ativa, porque faz parte da dinâmica competitiva globalizada deste sistema econômico crescer reduzindo postos de trabalho. Esta dinâmica é própria da mais-valia relativa, comandada por ciência e tecnologia. Caso a economia fosse forçada a assumir os 10 milhões de desempregados, deixaria de ser competitiva. O setor informal já abarca a maioria dos trabalhadores (na verdade, aproxima-se já de 2/3) e não se vê como isto poderia um dia mudar. O impasse neoliberal consiste precisamente nessa regulação perversa que o mercado exerce sobre a cidadania.

Palavras-chave:
neoliberalismo,
cidadania, mercado.

Todos que renunciaram a morte do capitalismo morreram antes, inclusive Marx. Um dos últimos prenúncios foi o de Kurz, em sua obra “Os Últimos Combates” (1997), mas certamente não será o último. Mesmo assim, parece estarmos vivendo cenário similar àquele que vivia Marx em vida, em especial ao tempo em que, passando pela França, fixou-se um tempo na Inglaterra, com dois propósitos: trabalhar a economia política dentro de ambientes que ele considerava mais sólidos (científicos) na perspectiva de seu materialismo dialético e observar de perto o capitalismo mais avançado e por isso mais próximo da superação. Apostava que veria, ainda em vida, a derrocada do capitalismo. Ao tempo de Marx, a Europa estava afogada na mais-valia absoluta, a exploração do trabalho através de horas excessivas e salários miseráveis, o que indicaria a impossibilidade de

manutenção de um regime produtivo fundado no massacre do trabalho. Hoje, estamos imersos na mais-valia relativa, aquela inspirada na ciência e tecnologia, cuja potencialidade produtiva Marx apenas pressentia (Demo, 1997). Caracterizamos esta potencialidade como globalização competitiva, tendo como sua mola mestra a regulação exclusiva da sociedade e da economia: ao invés da cidadania, o mercado se apresentava como instância reguladora, reassumindo a rota do mercado liberal capitalista (daí *neoliberalismo*). Claro, o mercado liberal nunca fora suprimido, fora apenas contido, sob peso de cidadania expressiva, em especial sindical. É preciso ver os dois lados da moeda: cidadania dotada de qualidade política significativa é capaz de encurralar o mercado liberal, provocando até mesmo impactos substanciais de redistribuição da renda, mas, dentro do capitalismo, não supera o mercado capitalista. O *welfare state* não redimiu o Estado capitalista.

É bom também recordar que o retorno triunfante do liberalismo sob o rótulo de neoliberalismo teve também seu “canto da sereia”, por exemplo na tentativa da CEPAL, no início dos 90, de combinar equidade e transformação produtiva e, no eco da mais-valia relativa, apostar em “educação e conhecimento, como eixo da transformação produtiva com equidade” (CEPAL, 1992, CEPAL/OREALC, 1992). Interessa-me neste texto caracterizar sumariamente o impasse neoliberal, similar ao impasse observado por Marx na segunda metade do século XIX, com a diferença óbvia de que o impasse atual está globalizado: apanha a sociedade humana como um todo e também a natureza como um todo. Sob o signo da mais-valia relativa, que encontra em expressões como “sociedade intensiva de conhecimento”, ou “sociedade em rede”, ou ainda em “processos produtivos informatizados” seus protótipos (Castells, 1997), o impasse está na fantástica concentração da renda, na queda constante do valor dos salários e remunerações, na depredação já irreversível da natureza, no fantasma de mais de 80% da população do planeta serem obrigados a sustentar os privilégios de menos de 20%. Para a política social, este cenário coloca desafios ingentes e perplexos, a começar pela pergunta encardida: é possível fazer política social autêntica (redistributiva, emancipatória, preventiva) dentro do neoliberalismo? É possível inserir a todos que precisam trabalhar neste tipo de mercado? (Bourdieu, 1998. Forrester, 1997).

Neoliberalismo é impasse

Avoluma-se a crítica em torno do caráter predatório da globalização neoliberal. Na contramão da visão francesa da “nova questão social”, essa literatura realça o agravamento das condições capitalistas de existência, dentro do mesmo sistema marcado pelo caráter abstrato da mercadoria (Kurz, 1996;

1997. Fiori, 1995; 1997). É claro que se trata do capitalismo em outra fase, mas é o mesmo capitalismo, do que decorre que não temos “nova questão social”, mas a mesma em outro momento histórico (Demo, 1997). Stiglitz (2002) acentua claramente os “malefícios” da globalização, enquanto Wallerstein (2002) pleiteia a noção de sociedade posterior ao liberalismo. Grandes parcelas da população mundial literalmente estão “morrendo por crescimento” (Kim, 2000): desesperadamente buscam inserir-se no mercado que as destrói impietosamente, fenômeno que tem também endereçado críticas amargas a agências internacionais de desenvolvimento como o Banco Mundial (Caufield, 1998. Tommasi/Warde/Haddad, 2000. Demo, 2000). No fundo esta ilusão do desenvolvimento capitalista (Todd, 1998), consubstanciada hoje na perspectiva propalada de “desenvolvimento sustentável”, retrata, sob outra linguagem, a mesma alienação do trabalho de que falava Marx sob o epíteto da mais-valia. Entre nós, nenhum autor tem sido mais contundente do que Boaventura Santos (2002, 2002a, 2003) não só pelo tom da crítica, mas principalmente pela busca incansável de alternativas, por mais que os horizontes pareçam fechados. Desenvolvimento sustentável não pode existir no capitalismo, porque a regra do lucro e da concentração do capital não deixa nada de pé, sequer as pessoas. Por isso, Santos requer não apenas desenvolvimento alternativo, mas *alternativa ao desenvolvimento*, visualizada no que chama de “globalização não hegemônica”.

A expectativa deste autor é das mais interessantes, primeiro porque mescla a obsessão por alternativa com o realismo das condições atuais. A “economia popular” (chamada por outros de “economia solidária” – Demo, 2002) pode ser vislumbre alternativo, mas para tanto precisa globalizar-se, para poder confrontar-se de modo adequado com a globalização hegemônica. Extremamente contraditória e ambivalente, a economia popular pode ser apenas “resto”, “resíduo”, não alternativa, mas, como toda mudança profunda de sistema provém de dentro, das próprias contradições do sistema, não se há de esperar tamanha mudança de um *deus ex machina*, mas da própria dialética da sociedade. Santos esposa aí o mesmo realismo marxista do materialismo dialético: a transformação não precisa ser imposta de fora, porque é elaborada de dentro, nas próprias contradições do sistema. Esta maneira de ver pode comprometer a politicidade das transformações sociais e, segundo autores pós-modernos como Prigogine (1996. Prigogine/Stengers, 1997), da própria natureza, mas, se considerarmos que a politicidade é dinâmica intrínseca (neste sentido, infra-estrutural também), a ação da cidadania nunca é de fora, mas tipicamente de dentro. Enquanto o positivismo modernista trata a natureza como “objeto”, a dialética a trata como “sujeito”, no contexto das dinâmicas complexas não lineares e ambivalentes (Demo, 20002, 2002a,

2002b). Condições objetivas e subjetivas não são dicotômicas, mas parte das mesmas entranhas da realidade: a distinção é lógica, não real. Fazem parte do que Santos chama de “hermenêutica das emergências” (2002a:25). Em segundo lugar, Santos desconstrói a balela do “desenvolvimento sustentável”, porque o capitalismo é inviável como proposta sustentável e a globalização hegemônica está revelando, a todos os cantos do globo, o quanto é predatória. Este reconhecimento não precisa desfazer a boa intenção contida nesta idéia, enquanto busca preservar a natureza e manter para as gerações futuras condições favoráveis de existência. Embora Santos não use argumentos biológicos, se recorrêssemos a Morin (2002, Demo, 2002), seria o caso aceitar que a idéia da sustentabilidade precisa ser redefinida, já que, na natureza, tudo é perecível e algo sempre se depreda. Nós mesmos somos, no plano individual e da própria espécie, perecíveis. Não somos propriamente sustentáveis, porque é parte da natureza o consumo também não renovável de energia, o que pode ser facilmente visto no “envelhecimento”. É claro que este não é o problema, pois o que não tem remédio, remediado está. Problema é a depredação sistemática da natureza e da sociedade pelo próprio ser humano, quando a sociedade não é mais regulada pelo bem comum e pela ética, mas pela lógica abstrata da mercadoria. É este o problema que Santos coloca. A globalização não hegemônica também depreda a natureza e, sendo desigualdade dinâmica histórico-estrutural (pelo menos nas sociedades conhecidas até hoje – Demo, 2002), o máximo que conseguimos são sociedades *igualitárias*, não propriamente iguais. Mesmo onde o bem comum prevalece, a participação não alcança ser igual de todos e para todos, porque a biodiversidade é dinâmica tão estrutural quanto a comunidade, sem falar na trama não linear do poder. A democracia – que precisa ser “democratizada” segundo Santos – põe o problema de modo realista: profundamente ambígua como diz Goyard-Fabre (2003), não promete a supressão do poder, mas sua democratização, através da prioridade do bem comum e que por vezes não vai além do comando da “maioria”. A própria dinâmica complexa não linear do poder não permite que se vislumbre situação na qual todos tivessem a mesma quota de poder, pois é impraticável postular que todo ser humano seja o mesmo e todo poder seja o mesmo. Esta linearidade apraz à lógica, mas não é da vida real. São possíveis, no entanto, sociedades igualitárias, que se orientam pelo bem comum, desde que os cidadãos cuidem disso sistematicamente. Esta politicidade não é extrínseca, como quer o positivismo, mas o âmago mais intrínseco da vida humana.

Em terceiro lugar, a “alternativa ao desenvolvimento” precisa ser elaborada pela sociedade, não contra o Estado, nem contra o mercado, mas mantendo-os como instrumento, não como fins em si. Esta percepção de Santos recorda

a análise de Polanyi (2000), ao reconhecer que, na história da humanidade, mercado teria sido instância subsidiária, e que, somente no capitalismo, se destacou da sociedade para a subjugar como se fosse força estranha, fenômeno apanhado de maneira iluminada pelo marxismo, quando inclui no seu conceito de alienação a noção de “estranhamento”. Para Santos, cidadania não é horizonte de combate ao Estado (cidadania neoliberal), nem de combate ao mercado (cidadania assistida) (Demo, 1995), mas emancipatório tipicamente, e por isso capaz de tratar Estado e mercado como instrumentos do bem comum. Em si, Estado e mercado são instâncias histórico-estruturais, vigentes em qualquer sociedade. O problema não é sua vigência, mas sua prepotência. Assim, não vale satanizar o Estado, nem o mercado, porque é impraticável viver sem eles. O que urge é, através da cidadania, fazer prevalecer o bem comum, para o qual o bom funcionamento do Estado e do mercado é condição instrumental decisiva. Há que se combater o Estado e o mercado *capitalistas*, isto sim. O assim chamado “Terceiro Setor” progride na sombra suspeita desta pretensa dicotomia: não quer ser Estado, nem mercado, mas, não podendo elidir a nenhum dos dois, parasita nos dois e dos dois se aproveita, com indistigível propensão privatizante neoliberal (Montaño, 2002). Santos fala de “socialismo de mercado”: “a afirmação fundamental do socialismo de mercado é que a forma viável e adequada de perseguir os fins socialistas de solidariedade e igualdade é uma combinação entre mecanismos de mercado e planejamento econômico, na qual o mercado tenha papel preponderante. Segundo esta perspectiva, não existe uma relação necessária entre mercado e capitalismo. O mercado é um mecanismo (o mais eficiente que conhecemos) de coordenação das decisões econômicas descentralizadas. Por si próprio, o mercado não gera inevitavelmente os níveis de desigualdade e alienação que caracterizam o capitalismo” (Santos, 2002a:43).

Em quarto lugar, a posição de Santos, ao recuperar o valor da economia popular e sob luz marxista da importância do trabalho na vida das pessoas, resgata a relevância da *auto-sustentação*, ao lado da *emancipação*. Embora a auto-sustentação seja de teor instrumental, a inserção no mercado é fundamental para que as pessoas possam se manter com autonomia, sem depender de auxílios dos outros, inclusive do Estado. Esta tese, ao contrário do que se suspeita em debates sobre política social, não agride o direito à assistência, porquanto o direito à sobrevivência se sobrepõe ao mercado em qualquer circunstância. Sobreviver não pode depender de trabalhar ou não trabalhar, mas auto-sustentar-se, sim, depende de trabalhar. Por isso, um programa de combate à fome não pode apenas combater a fome, mas conseguir que o faminto ou produza seu alimento, ou o possa comprar com devida autonomia. Depender para sempre ou indefinidamente de auxílio estranho ou do Estado

não é vida digna, porque não é vida autônoma. O assistencialismo corrói a iniciativa das pessoas, ao reduzi-las a objeto de ajuda, encobrendo que, na lógica da ajuda, esta geralmente é mais útil a quem ajuda, do que a quem é ajudado. Santos, no fundo, refaz o cenário dos trabalhadores associados livres, independentes, que trabalham para si (valor de uso), não para o capital (valor de troca). A noção corrente do “homem novo” assistido pelo Estado e que já não trabalha, é produto do “socialismo real”, que hipostasiou o Estado em detrimento da cidadania, e provocou, na contramão, outro “exército de reserva”, manietado a ser massa de manobra pela via dos assistencialismos e clientelismos. O trabalho é condição de emancipação, mas não é possível emancipar-se do trabalho, porque, quem não trabalha, ou vive do trabalho dos outros, ou não precisa trabalhar porque já acumulou capital suficiente às expensas dos outros. Embora a categoria trabalho não possa ser a única fundante da sociedade e que produz valor, como queria Marx, não pode ser deixada de lado, seja porque cada vez mais produz-se mais com menos horas de trabalho (argumento da mais-valia relativa ou da intensividade do conhecimento), seja porque o Estado provê (argumento assistencialista) (Habermas, 1983. Antunes, 2000). A economia popular é a imagem viva deste apelo humano: as pessoas querem manter-se, não depender dos outros, muito menos dos próprios algozes. Este reconhecimento não tolhe, em absoluto, o direito radical de assistência, inclusive permanente, quando a sobrevivência está em jogo. O Estado somente dispõe dos recursos que o cidadão trabalhador gera e gesta, e os aplica para o bem comum se os mesmos cidadãos disto cuidarem sistematicamente, através do controle democrático (Demo, 2001). Controle democrático nada tem a ver com reduzir, massacrar, negar o Estado, nem o mercado, mas com o compromisso de colocar Estado e mercado a serviço do bem comum.

À idéia antes difundida de que a sociedade atual, impulsionada pela dinâmica informacional e pela energia indomável do conhecimento disruptivo, globalizaria oportunidades para todos, acabou encampada completamente pelo clima neoliberal, tornando expectativas mais róseas, como a de Castells (1997, 1997a, 1998), superadas e, no fundo, sarcásticas: é cada vez mais possível crescer sem proliferar emprego, ou mesmo o reduzir, de tal sorte que as exigências do capital se sobrepõem tanto mais às necessidades humanas (Pereira, 2000). A lógica da mais-valia relativa parece implacável, como dizia Marx, ao prever que ela traria implicações de profundidade inimaginável na rota da acumulação do capital. O resultado mais prático desta dinâmica é, talvez, a “desregulação” do capital, no sentido de lhe abrir caminho livre, desimpedido na exploração da mão-de-obra e dos recursos naturais. A globalização, no fundo marca própria do capitalismo desde seu início, a par

de conter a intercomunicação ampliada do globo, impõe em especial o comando geral do capital, razão pela qual globaliza-se antes de tudo a trama mundial da exclusão social. Uma das sombras mais duras desta perspectiva seria, na interpretação comum do conceito de “exclusão” (Escorel, 1999. Demo, 2003), a possibilidade de descartar os pobres ou o mundo pobre. Tal visão não se sustenta, porque ignora a dialética entre riqueza e pobreza, sobretudo sua face política: ao “excluir” grande parte da população mundial (talvez por volta de 80% pelo menos), esta parte não é descartada, mas “inserida” na margem. Possivelmente, o conceito mais adequado seria ainda o velho conceito de “marginalizado” – não sai do sistema, mas é incluído na margem. É preciso ter em mente, como queria Marx em particular com o conceito correlato de “exército de reserva”, que a pobreza é parte intrínseca deste sistema, não excrescência descartável. O que está ocorrendo é a impressão generalizada de que, diante do poder incontido do capital competitivo globalizado, não haveria força contrária capaz de lhe fazer sombra, nem mesmo os sindicatos que, uma vez, em especial no início do *welfare state*, conseguiram encurralar o capital a ponto de fazer emergir um Estado de proteção social, impulsionado pelo compromisso com a cidadania, mais do que com o capital. A pretensa “inutilidade” dos pobres representa apenas outro truque do capital para os imbecilizar ainda mais, com a pretensão de que não se insurjam contra a ordem vigente.

Em fases anteriores do capitalismo, marcados pela mais-valia absoluta, era possível a expectativa de crescer para criar empregos, no que aparecia compensação razoável para a sociedade: a exploração do capital era amainada pela inserção no mercado da população trabalhadora. Agora, estamos perdendo este horizonte, à medida que vamos reconhecendo a crueza inaudita do neoliberalismo. De uma parte, exigindo a competitividade globalizada trabalhadores mais preparados, muitos ficam de fora porque não possuem requisitos mínimos profissionais. De outra, porém, é vã a esperança de que, preparando-se melhor o trabalhador, estaria a salvo, porque, dentro da dinâmica restritiva implantada pela produção e uso intensivos do conhecimento e informatização, não só não há lugar para todos, como há lugar apenas para os melhores, o que transplanta para nível superior de exigências profissionais o “exército de reserva”. Esta marca aparece claramente no processo que corre à solta de despedir trabalhadores para os recontratar depois com salários inferiores ou os terceirizar. Tem-se chamado a isso de “precarização do trabalho”, cujo signo maior é “terceirização”, que se livra das proteções legais trabalhistas, ao relegar para os próprios trabalhadores a organização da oferta de mão-de-obra. Duas confluências estão estigmatizando os trabalhadores hoje: não só falta de emprego, mas principalmente exposição a empregos

com salários decrescentes. Esta realidade desnuda credences capitalistas clássicas, em particular que crescimento econômico gera, por si, sociedades mais igualitárias. A própria tecnocracia neoliberal (Henriques, 2000. Demo, 2003) já reconhece que crescimento não basta, pois é bem possível crescer sem produzir os empregos necessários e principalmente sem realizar a redistribuição da renda. De fato, no capitalismo nunca couberam todos, porque é sistema de acumulação implacável de capital, não sistema social, o que torna qualquer expectativa de “pleno emprego” veleidade crédula, a não ser que se mudem radicalmente os pressupostos desta sociedade, implicando a superação da postura liberal capitalista. É o que tremula na “economia popular”, porque, a par de realizar-se no mercado naturalmente competitivo, mantém compromissos sociais como sua razão maior de ser, como poderia o ser o caso de cooperativas populares (Singer/Souza, 2001). De uma parte, sendo todos donos dos meios de produção, não precisa aflorar o problema do “assalariamento” (ou da mais-valia), e, de outra, bem comum, educação e cultura, comunidade são referências finalísticas, enquanto que o capital é meio.

Prometer criação de empregos é hoje a fachada eleitoreira mais comum, enquanto o que mais cresce, na contramão, são assistências de toda ordem, tendencialmente assistencialistas, porque já capitularam diante dessa causa: não é imaginável que todos que queiram trabalhar possam trabalhar em condições minimamente dignas. Está na própria dinâmica competitiva capitalista que o social não pode estruturar o econômico, em particular hoje com o cassino eletrônico globalizado: os países não dominam esta dinâmica financeira, sem falar que não está voltada para a produção, mas crucialmente para a especulação. Esta dinâmica neoliberal garroteia hoje o planeta, colocando aos pés do capital todas as energias disponíveis, seja através das dívidas externas e internas cada vez mais astronômicas, seja através dos mecanismos de controle e avaliação que protegem o sistema e regulam os investimentos (“risco-país”), seja através da dedicação canina às exportações e equilíbrio fiscal e inflacionário (deixando de lado o mercado interno e a satisfação das necessidades básicas das maiorias), seja através de acordos com instâncias internacionais que repassam as regras do capital de vasso (sobretudo FMI), de tal sorte que a humanidade em peso gravita em torno de um deus que não faz mais que atormentar. Os governos perdem seu tempo cuidando do dólar, da inflação, das taxas de juros, das dívidas externa e interna, da imagem internacional, enquanto cresce a pobreza relativa, escancarando injustiças sociais cada vez mais graves. Não se podem esquecer nisso a má gestão da coisa pública, em especial a corrupção geral e irrestrita, mas, nem de longe, é o problema mais grave, ainda que muito grave. Se nada fosse roubado e tudo fosse bem aplicado, ainda assim quase tudo serviria apenas para cumprir o atrelamento ao capital internacional.

Cenários sombrios

Entre os inúmeros diagnósticos sobre a perversidade do neoliberalismo, reconstruo aqui o de Ramonet (2003), por colocar a questão do ponto de vista das “guerras do século XXI – novos temores e novas ameaças”, indicando a planetarização de situações insuportáveis para a grande maioria dos marginalizados. A derrubada das Torres Gêmeas do *World Trade Centre* em Nova York, a 11 de setembro de 2001 foi, para todos os efeitos, emblemática tanto da força, quanto da fraqueza, mormente da ambigüidade do império americano. É impraticável império total, como bem alertam Hardt/Negri (2001), mas é viável império tentacular, capaz de dominar o mundo tanto bélica, quanto financeiramente. Como diz Ramonet, os Estados Unidos “exercem uma esmagadora supremacia nos cinco campos tradicionais do poder: político, econômico, militar, tecnológico e cultural” (2003:7). O evento de setembro de 2001 mostrou também a fragilidade do império, porque nenhuma estrutura de poder é inconsútil, por ser complexa não linear, ainda que os poderosos apreciem alinhar a todo mundo (Demo, 2002a). Não é possível prever tudo, planejar tudo, vigiar tudo, controlar tudo, exatamente porque a tecnologia procede linearmente para captar realidades não lineares (Demo, 2002b), o que confere a qualquer “planejamento estratégico” apenas caráter aproximativo, jamais efetivo (Sanders, 1998). Entretanto, o poder americano é hoje fato avassalador, também porque se confunde com a Meca do neoliberalismo e seus sumos sacerdotes (FMI e Bancos do Desenvolvimento) e respectivos fetiches maiores (Bolsa de Nova York, sobretudo). Para Ramonet, o fenômeno da globalização significa que todos os países são arrastados na mesma dinâmica econômico-financeira, atingindo as mais remotas regiões do planeta e passando por cima dos países. “A Terra vive assim uma nova era de conquista, como na época da colonização. Mas, enquanto os atores principais da precedente expansão conquistadora eram Estados, desta vez são empresas e conglomerados, grupos industriais e financeiros privados que pretendem dominar o mundo. Nunca os Senhores da Terra foram tão poucos e tão poderosos. Esses grupos estão situados principalmente na tríade Estados Unidos-União Européia-Japão. A metade deles está baseada nos Estados Unidos” (Id.:9).

Tal concentração de capital e poder acelerou-se de modo vertiginoso nos últimos vinte anos do século passado sob o impulso das revoluções tecnológicas informacionais, agora combinadas também com as técnicas genéticas de manipulação da vida, sempre no contexto da privatização crescente da vida em sociedade (Hardt/Negri, 2001). Porquanto, a globalização não quer conquistar países, mas mercados. Território é menos importante que praças

financeiras. “A globalização é também a pilhagem planetária. Os grandes grupos devastam o ambiente com meios desmesurados; aproveitam-se das riquezas da natureza que são o bem comum da humanidade, e o fazem sem escrúpulos e sem freio. Isso também é acompanhado de uma criminalidade financeira ligada aos meios de negócios e aos grandes bancos, que reciclam somas além de um trilhão de euros por ano, isto é, mais que o Produto Nacional Bruto (PNB) de um terço da humanidade” (Ramonet, 2003:10). As desigualdades se agravam no mesmo ritmo. A produção de alimentos supera as necessidades da população mundial em 110%, mas 30 milhões de pessoas morrem de fome todo ano, mais de 800 milhões estão subnutridas. “Em 1960, os 20% mais ricos da população mundial dispunham de uma renda trinta vezes mais elevada do que a dos 20% mais pobres, o que já era escandaloso. Mas, ao invés de melhorar, a situação ainda se agravou. Hoje, a renda dos ricos em relação à dos pobres é, não mais trinta, mas oitenta e duas vezes mais elevada! Entre os 6 bilhões de habitantes do planeta, apenas 500 milhões vivem confortavelmente, ao passo que 5,5 bilhões passam necessidades. É o mundo às avessas” (Id.:11). Ao lado da aparente liberdade e democracia crescente que o próprio termo “liberalismo” sugere, proliferam manipulações sibilinas, com base principalmente nas tecnologias da informação. “As tecnologias da informação representam, mais do que nunca, um papel ideológico central para amordçar o pensamento” (Id.:12). Assim é desde sempre: o mesmo conhecimento que esclarece, ilumina, como queria o modernismo, também imbeciliza, já que quem sabe pensar nem sempre aprecia que outros saibam pensar (Demo, 2000a Collins, 1998). Outros autores denominam a isso de “pensamento único”, repercutindo na ideologia forçada de que fora do neoliberalismo não haveria como organizar a sociedade. Com isso, encobre-se que a globalização liberal destrói o coletivo e apropria-se, via mercado e setor privado, das esferas pública e social. Mascara-se ainda que também no centro americano deste sistema há 32 milhões de pessoas com esperança de vida inferior a 60 anos, 40 milhões não possuem assistência médica, 45 milhões vivem abaixo do limiar de pobreza e 52 milhões são analfabetos. Também na Europa, ao nascer do euro, havia 50 milhões de pobres e 18 milhões de desempregados. “Em escala mundial, a pobreza é a regra e a abastança a exceção”. “As 225 maiores fortunas do mundo representam um total de mais de um trilhão de euros, ou seja, o equivalente à renda anual de 47% das pessoas mais pobres da população mundial (2,5 bilhões de pessoas!). Simples indivíduos são agora mais ricos do que Estados: o patrimônio das quinze pessoas mais afortunadas do planeta supera o Produto Interno Bruto (PIB) total do conjunto dos países da África Subsaariana...” (Ramonet, 2003:13-14).

A gravidade da situação é muito exasperada por traço próprio dos tempos atuais do capitalismo da mais-valia relativa: a nova riqueza das nações estará, cada vez mais, na “massa cinzenta”, na pesquisa e produção própria de conhecimento inovador, muito mais do que na produção de matérias primas. Esta é, na prática, a *vantagem comparativa* entre os povos, como é também entre as empresas e pessoas (Stewart, 1998. Rifkin, 2000). O signo da potência não é mais apenas físico. Literalmente, tamanho não é documento. O signo da grandeza são as grandes redes, processo consolidado em particular pela ação já tradicional das “multinacionais”. “Cada uma das cem principais empresas globais vende mais do que cada um dos 120 países mais pobres exporta. Essas firmas gigantes e globais controlam 70% do comércio mundial...” (Ramonet, 2003:16). Nesta que alguns chamam de “segunda revolução capitalista”, Ramonet destaca três horizontes: i) o tecnológico, através mormente da informatização de todos os setores de atividade e sua crescente digitalização; ii) o econômico, através principalmente da rede financeira especulativa e virtual; iii) o sociológico, que reestrutura o poder, não mais de modo hierárquico vertical, mas em redes, horizontal e, à revelia, tanto mais açambarcador, tendo como um dos resultados mais impressionantes a formação de consensos globais. “A comunicação, que se tornou a primeira superstição do tempo presente, nos é proposta como sendo suscetível de tudo resolver, especialmente os conflitos entre pessoas, tanto no seio da família quanto na escola, empresa ou Estado. Ela seria a grande pacificadora. Entretanto, começa-se a suspeitar de que a sua própria abundância causa uma nova forma de alienação e que, ao invés de libertar, os excessos da comunicação encarceram o espírito” (Id.:19). Ao mesmo tempo, o mercado se apropria de todas as atividades humanas, emergindo como regulador implacável e impassível da sociedade. O capital pede liberdade absoluta. “Estabeleceu-se uma desconexão entre a economia financeira e a economia real. Dos cerca de 1.500 bilhões de euros que representam as transações financeiras cotidianas em escala mundial, apenas 1% é destinado à criação de riquezas novas. O resto é de natureza especulativa” (Id.:22).

Embora a obra de Mészáros (2002) sobre a necessidade de superar o capital (“para além do capital”) não seja diagnóstico *stricto sensu*, retrata com verve especial o confronto inevitável que hoje assoma no horizonte. Na introdução feita por Antunes, autor que tem discutido as transformações do trabalho, insiste-se na distinção conceitual entre capital e capitalismo, passando pelo conceito chave de “*sociometabolismo do capital*”. Entende-se por ele a forma como o capital regula a sociedade – à diferença do corpo humano, no qual o metabolismo é dinâmica de dentro para fora, com relação correta entre meios e fim, na sociedade regulada pelo capital ela é literalmente “digerida” pelo

capital, de fora para dentro, subvertendo a ordem das coisas. Surge a divisão hierárquica do trabalho, subordinando suas funções vitais ao capital, inaugurando o que Marx estabelece como “trabalho alienado”, referência central também da obra de Mészáros (Cocco, 2000). O capital é, porém, anterior e posterior ao capitalismo, sendo este apenas uma das formas possíveis de realização do capital, marcado nesta fase atual capitalista pelo tripé: capital, trabalho e Estado. Capital é fenômeno histórico-estrutural de qualquer sociedade e está marcado por sociometabolismo predatório das relações humanas, em particular da relação de trabalho. Pode-se dizer o mesmo do mercado: em si, é floração histórico-estrutural de qualquer sociedade, sendo o mercado capitalista uma de suas versões históricas, particularmente discriminatória. Todo mercado é concentrador de recursos e poder, porque lida com a escassez e a desigualdade de acessos. No mercado capitalista, este cariz predatório é exacerbado ao extremo, com base na noção liberal individualista de competitividade desenfreada – a sociedade perde o poder de regulação do mercado, passando a ser regulada por ele. Existiu capital antes da generalização do sistema produtor de mercadorias, bem como existe a continuidade do capital após o capitalismo, do que poderia ter sido exemplo o mercado socialista do socialismo real: os países do socialismo real, embora detivessem configuração que poderia ser chamada de pós-capitalista, foram incapazes de superar o sociometabolismo do capital. O tripé – capital, trabalho e Estado – implica que não é possível emancipar o trabalho sem, ao mesmo tempo, superar o capital e também o Estado. A categoria trabalho seria mais fundamental que a do Estado, no que Mészáros participa, em alguma medida, da visão marxista restritiva de Estado, expressa por exemplo na Comuna de Paris, bastante diferente, evidentemente, das expectativas do socialismo real ou mesmo do *welfare state*. Não é a sociedade que é remetida ao Estado, mas este à sociedade, como instância delegada de serviço público, historicamente sempre tendente a subordinar-se ao capital. “Enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente tomadas e autonomamente exercidas pelos produtores associados, mas permanecerem sob a autoridade de um controle pessoal separado (isto é, o novo tipo de personificação do capital), o trabalho enquanto tal continuará reproduzindo o poder do capital sobre si próprio, mantendo e ampliando materialmente a regência da riqueza alienada sobre a sociedade” (citado por Antunes, Mészáros, 2002:16). Segue que este tipo de sistema produtivo é incontrolável pela sociedade, impondo-se, não mais dinâmica própria da sociedade, de estilo autopoietico¹, mas alienada e alienante, de fora para dentro, de cima para baixo – a sociedade deixa de ser fim do capital, para tornar-se seu meio subalterno, indicando alienação das mais desumanas. A incontrolabilidade do capital manifesta-se em traços tais como: i) a produção e seu controle

¹ Expressão de Maturana (2001), para designar que todo ser vivo funciona de dentro para fora, no sentido da autonomia própria, e também para designar que o ser humano capta a realidade do ponto de vista do observador, não a retrata como espelho, mas a reconstrói. Esta idéia de Maturana aproxima-se da idéia de sociometabolismo, na contramão, porque tratando-se do capitalismo a sociedade é devorada de fora para dentro.

mantêm-se separados e diametralmente opostos; ii) produção e consumo tornam-se independentes das necessidades da população, eclodindo em desigualdades monstruosas de acesso, como são, de um lado, o consumismo avassalador em alguns países, e, de outro, a denegação da satisfação das necessidades mais elementares para grandes maiorias; iii) produção e circulação mantêm-se também em contradição exacerbada pela competitividade globalizada, cada vez mais distanciada da produtividade como tal e mais próxima da especulação desenfreada. A força de trabalho da humanidade submete-se aos imperativos alienados e alienantes do sistema global de capital. Segundo Antunes, a inviabilidade de controle do capital seria característica das mais típicas deste tipo de sociometabolismo, não porque inexorável em si, mas porque a história assim permitiu. À medida que se constituiu estrutura de controle totalizante, tudo, também os seres humanos, foram obrigados a ajustar-se, em nome da viabilidade produtiva ligada ao valor de troca. Com a globalização competitiva, este traço totalitário se exacerbou sobremaneira, porque penetra todas as dobras da sociedade, desde o fenômeno mais local, até ao mais planetário. Algumas empresas e alguns empresários, no fundo, decidem o destino da humanidade, orientados menos pela produtividade competitiva do que pela especulação absurdamente alienada. Tudo torna-se mero fator material de produção, em contexto predatório desenfreado: destroem-se sociedade e natureza. O capitalismo atual acirrou a separação entre produção voltada para as necessidades humanas e as necessidades de auto-reprodução do capital. Nesta lógica contraditória, aparecem disparates como a relação entre a população dos EUA – menos de 5% da população mundial – e seu consumo – 25% do total dos recursos energéticos disponíveis. Grande maioria da força de trabalho mundial é posta a serviço deste disparate.

Este tipo de sociometabolismo escapa aos trâmites democráticos, pois desempenha-se na esfera extraparlamentar – em vez de seguir as regras de jogo, as dita, acabando com o jogo. Torna-se impraticável regular o capitalismo através das instituições democráticas usuais, a não ser que se apele para vasto movimento de massas de teor radical e extraparlamentar também. Segue daí que o processo de emancipação do trabalho não poderia restringir-se ao âmbito da política, uma tese forte de Mészáros, caudatária da idéia hoje considerada muito restritiva, talvez mesmo linear, do Estado moderno como estrutura política de mando do capital. Na tradição marxista é compreensível este entendimento da “política”, porque para Marx o Estado seria típica criação burguesa, ainda que, pelo menos na Comuna de Paris, reconhecesse “poucas, mas importantes funções” (Demo, 1985). Entretanto, o que se tem chamado de “politicidade” da sociedade desborda enormemente este entendimento

restritivo, pois refere-se à marca humana essencial da capacidade de conduzir, até certo ponto, seu destino, mudando rumos da natureza e da própria sociedade (Demo, 2002a). O Estado moderno seria inconcebível sem o capital, pois este é fundamento daquele, ao mesmo tempo que o capital precisa do Estado como seu instrumento de viabilização. Esta maneira de ver o Estado está bastante distante da tese já usual de que o Estado seria “correlação de forças”, permitindo a disputa também por parte das classes subalternas, mas tem a vantagem clara de não incidir na pretensão do *welfare state* de garante da cidadania. Estado subordinado ao capital não pode ser garante da cidadania, porque o que ele garante é bem outra coisa, ou seja, a destruição da cidadania. Ao mesmo tempo, a visão marxista mais restritiva do Estado acaba concedendo, ao final das contas, que não sendo possível o combate parlamentar, porque reencontraria aí a mesma subserviência do Estado ao capital, resta o combate extraparlamentar, que é, a seu modo, o horizonte político de confronto. Mészáros, neste contexto, critica fortemente os instrumentos políticos de mediação vigentes, sem falar nos partidos comunistas tradicionais, que jamais conseguiram controlar e superar o capital. “O desafio maior do mundo do trabalho e dos movimentos sociais que têm como núcleo fundante a classe trabalhadora é criar e inventar novas formas de atuação, autônomas, capazes de articular intimamente as lutas sociais, eliminando a separação, introduzida pelo capital, entre ação econômica, num lado (realizada pelos sindicatos), e ação político-parlamentar, no outro pólo (realizada pelo partidos). Esta divisão favorece o capital, fraturando e fragmentando ainda mais o movimento político dos trabalhadores. Os indivíduos sociais, como produtores associados, somente poderão superar o capital e seu sistema de sociometabolismo desafiando radicalmente a divisão estrutural e hierárquica do trabalho e sua dependência ao capital em todas as suas determinações. Um novo sistema metabólico de controle social deve instaurar uma forma de sociabilidade humana autodeterminada, o que implica um rompimento integral com o sistema do capital, da produção de valores de troca e do mercado. O desafio central, portanto, está em encontrar, segundo Mészáros, um equivalente racionalmente controlável e humanamente compensador das funções vitais da reprodução da sociedade e do indivíduo que devem ser realizadas, de uma forma ou de outra, por todo o sistema de intercâmbio produtivo, no qual é preciso assegurar finalidades conscientemente escolhidas pelos indivíduos sociais que lhes permitam realizar-se a si mesmos como indivíduos – e não como personificações particulares do capital ou do trabalho. Nessa nova forma de sociabilidade ou novo sistema de sociometabolismo reprodutivo, a atividade humana deverá se estruturar sob o princípio do *tempo disponível*, num modo de controle social autônomo, autodeterminado e auto-regulado” (Antunes, in:

Mészáros, 2002:19). Retorna a tese típica de Kurz (1996), de que até ao momento nenhuma expressão socialista (sobretudo o socialismo real) teria inaugurado alternativa, pois mantém-se refém do capital: são variantes do capitalismo, não realidades novas e inovadoras.

Para Mészáros, a crise atual não afeta apenas o capitalismo como o vemos funcionando, mas o próprio capital como tal. Embora este seja dinâmica histórico-estrutural de qualquer sociedade, parece que nenhuma sociedade conseguiu estabelecer sobre ele controle democrático satisfatório. O resultado histórico foi que, chegando o capitalismo, perdeu-se completamente o controle sobre o capital, infligindo à humanidade tipo de sistema econômico totalmente divorciado das necessidades humanas. Segue que, para mudar a situação, impõe-se alternativa socialista radical, capaz de subverter a lógica sociometabólica em favor dos direitos humanos, implicando movimento global dos interessados e excluídos, para que seja viável “ir além do capital”. Esta expressão não me parece adequada, porque é imprescindível superar o capitalismo, enquanto não me parece possível superar o capital, já que este é condição natural de qualquer sociedade, assim como mercado. Trata-se de extirpar o tipo perverso de sociometabolismo fundado no trabalho alienado e na lógica abstrata de mercadoria. O movimento sindical fracassou porque se integrou ao sociometabolismo, não do capital, mas do capitalismo, a exemplo do *welfare state*, que jamais redimiu o Estado e a sociedade. Ao combater o capitalismo dentro da mesma lógica do poder, acabou por reforçá-lo. Mészáros cita texto de Marx (Pobreza da Filosofia), onde este conclama a classe operária a substituir a velha sociedade civil por uma associação que deve excluir todas as classes e seus antagonismos, inclusive o “*poder político propriamente dito*”, “pois o poder político é exatamente a expressão oficial do antagonismo na sociedade civil” (2002:22). Esta visão parece excessivamente linear, primeiro, porque não é dialético supor futura sociedade destituída de todo conflito, e, segundo, porque poder não se restringe ao movimento de cima para baixo. Se assim fosse, ficaria excluído qualquer controle democrático de baixo para cima (Comuna de Paris). É possível conceber poder de modo complexo não linear, que, sem desconhecer o campo excludente de forças (de cima para baixo), admite movimentos contrários que poderiam realizar relativo controle democrático (de baixo para cima). Mészáros alinha-se aí à interpretação marxista excessivamente determinada pela infra-estrutura econômica.

Com razão, porém, Mészáros critica o desenvolvimento do *welfare state*, por ter sido a manifestação mais recente da lógica do capitalismo e por isso foi possível em número muito reduzido de países e por muito pouco tempo (30 anos). “Foi limitado, tanto no que se refere às *condições favoráveis* de expansão

tranquila do capital nos países onde tal ocorreu como precondição para o surgimento do Estado de bem-estar, quanto no que se refere à escala de tempo, marcada no final pela pressão da direita radical, ao longo das três últimas décadas, pela liquidação completa do Estado de bem-estar, em virtude da crise estrutural do sistema do capital” (2002:23). O fato histórico mais deplorável teria sido que, nos grandes conflitos internacionais, as classes operárias de todos os países se colocaram ao lado dos exploradores em seu próprio país. Ao contrário do que se alega, não teria faltado clareza ideológica, mas ocorreu o enredamento na trama sociometabólica do capitalismo. Hoje, a globalização competitiva, mais que nunca, revela um mundo mantido firmemente sob as rédeas do capital, cercado de promessas não cumpridas e de esperanças sempre frustradas. Aprendemos que não vale implantar o socialismo “aos pouquinhos”, porque a lógica sociometabólica do capitalismo o devora na própria origem, ao supor capitalismo auto-reformador. Esta inverdade aparece nas idéias de fim da história e sobretudo no pretense reconhecimento de que já não existiriam classes e contradições de classe. “Se há uma interpretação que realmente merece ser chamada de absurdo total no reino da reforma social, esta não é a defesa de uma grande mudança estrutural, mas precisamente aquele tipo de exagerado otimismo cheio de explicações que *separa os efeitos de suas causas*. É por isso que a ‘guerra à pobreza’, tantas vezes anunciada com zelo reformista, especialmente no século XX, é sempre uma guerra perdida, dada a estrutura causal do sistema do capital – os imperativos estruturais de exploração que produzem a pobreza” (Id.:39). O *welfare state* vulgarizou, por fantasiar o resgate do Estado capitalista, tipo farsante de política social apenas sintomático, por exemplo, distribuindo sobras orçamentárias, sem jamais colocar a necessidade de redistribuição radical da riqueza gerada pelo trabalho de todos. A subserviência ao capitalismo chega ao extremo de desconsiderar, com aparente despreocupação, o fato de que a exploração predatória dos recursos humanos e materiais do planeta em favor de uns poucos países capitalistas não é generalizável. Continua-se batendo na tecla de que é preciso crescer a qualquer preço para incluir as pessoas num mercado que, por sua vez, funciona para excluir. Se viabilizássemos o crescimento econômico que buscamos, isto apenas apressaria a derrocada do planeta e da própria sociedade.

A ordem existente é insustentável sob todos os ângulos, a começar pela miragem deste mercado como regulador da sociedade, resultando na exclusão crescente de maiorias. É preciso descobrir uma saída do labirinto das contradições do sistema do capitalismo global, com base em transição sustentável e tendo por objetivo “ordem social muito diferente” (Id.:41). Basta de pretender reformar o capitalismo sem alterar sua essência capitalista.

Mészáros explica a expressão “além do capital”, tem pelo menos três conteúdos: i) como o próprio Marx queria em *O Capital*, não basta superar o capitalismo, é mister superar o capital em seu sociometabolismo vigente; ii) aprimoramento das versões deixadas por Marx (*O Capital*, *Grundrisse* e *Teorias da mais-valia*), porque deixadas inacabadas e assim vistas por ele; iii) aprimoramento e superação do próprio projeto marxiano, frente a novos desafios que desbordam muito as contingências analisadas por Marx no século XIX. Concretamente, o conteúdo mais eminente está na idéia de que, sendo o *capital incontrolável, destrutivo e autodestrutivo*, torna-se urgente repensar a sobrevivência da humanidade, em particular do Terceiro Mundo, cuja situação não cessa de piorar. O capital não pode ser visto somente como “entidade material”, ou como “mecanismo” neutro racionalmente controlável e apto a ser integrado no que se tem chamado apressadamente de “socialismo de mercado”, pois é, “em última instância, uma forma incontrolável de controle sociometabólico” (Id.:96). É impraticável seu controle porque, ao longo da história, alcançou condição particularmente totalizadora de controle, absorvendo tudo à sua órbita, inclusive os próprios seres humanos. “Não se pode imaginar sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, ‘totalitário’ – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu ‘microcosmo’ até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. No entanto, é irônico (e bastante absurdo) que os propagandistas de tal sistema acreditem que ele seja inerentemente democrático e suponham que ele realmente seja a base paradigmática de qualquer democracia concebível. Por esta razão, os editores e principais autores de *The Economist* de Londres conseguem registrar por escrito com toda seriedade uma proposta segundo a qual ‘não há alternativa para o mercado livre como forma de organização da vida econômica. A disseminação da *economia de livre mercado* gradualmente levará à *democracia multipartidária*, porque as pessoas que têm a *livre opção econômica* tendem a insistir também na *livre opção política*” (Id.:96-97)². É por conta deste mesmo totalitarismo, cada vez mais claro no contexto da globalização competitiva, que o Estado moderno foi sendo subordinado à lógica do capitalismo, servindo basicamente como mecanismo para assegurar e proteger a produtividade do sistema de maneira permanente. Mészáros interpreta o fenômeno da globalização como excessivamente idealizado na atualidade, mas, como emanção da natureza do próprio capital desde o início, aponta para o

² Citação do *The Economist*, de 31/12/1991, p. 12.

desenvolvimento necessário do sistema internacional de dominação e subordinação. O papel crucial do Estado será de controlar a recalitrância e rebelião potenciais. O que a globalização mais escancara é o capital como *causa sui*: ele é sua própria razão de ser, tornado independente da sociedade à qual deveria servir como instrumento. Enquanto houver espaço de expansão e acumulação, o capital avança sem empecilhos, porque este é seu sentido predatório ou sociometabólico. Mas, como os recursos materiais são finitos, o avanço do capital parece pressentir já limites claros, que não aparecem apenas no planeta já devastado, mas sobretudo na miséria da maioria da população mundial. Aposta-se em excesso na ciência e tecnologia, esperando-se delas a redenção dos próprios males causados pela ciência e tecnologia, sem perceber que nos enredamos, cada vez mais, em círculo vicioso.

Mészáros é avesso às sugestões de reforma do capitalismo, pois jamais se comprometem a superar o sociometabolismo do capital. Retoma a querela sobre cooperativa, alinhando-se à crítica de Rosa Luxemburgo. “Em sua crítica aos escritos em que Bernstein condenou a ‘falta de disciplina’ dos trabalhadores nas suas cooperativas – um tema recorrente nas fantasias socialdemocratas e ‘socialistas de mercado’ sobre a possibilidade de reforma da ordem capitalista –, Luxemburgo argumentou que ‘a dominação do capital sobre o processo de produção se expressa das seguintes maneiras. O trabalho é intensificado. A jornada de trabalho é estendida ou encurtada, de acordo com a situação do mercado. E, dependendo das exigências do mercado, o trabalho ou é empregado ou jogado de volta à rua. Em outras palavras, são utilizados todos os métodos que permitem a uma empresa enfrentar seus competidores no mercado. Os trabalhadores que formam uma cooperativa na esfera da produção se confrontam, assim, com a contraditória necessidade de governar a si próprios com o mais extremo absolutismo. São obrigados a assumir o papel do empresário capitalista contra si próprios – uma contradição que responde pelo *fracasso das cooperativas de produção*, que, ou se tornam puros empreendimentos capitalistas ou, se os interesses dos trabalhadores continuarem predominando, terminam por se dissolver” (Id.:970). Esta interpretação é hoje questionada por autores que apostam na “economia popular” como potencialmente alternativa, como Singer (Santos, 2002a. Demo, 2002c), aludindo que Luxemburgo deixou de considerar as faces educativas, culturais e motivacionais da cooperativa, sem falar que não existem apenas cooperativas de “produção”. Singer concorda que a cooperativa é expressão capitalista, mas não deixaria de ter, mesmo assim, a potencialidade da alternativa, porque, para além de suas prerrogativas educativo-políticas, ensaia a idéia dos “trabalhadores associados” que trabalham para si mesmos, orientados basicamente pelo valor de uso, o que permitiria pelo menos

vislumbrar forma de produção não manchada pela contradição da mais-valia. Na visão de Mészáros, toda tentativa de reformar o capitalismo é ilusória ou farsante, porque não é capaz de ir “além do capital”. Aqui emerge, a meu ver, a inadequação deste expressão, porque o correto seria “além do capitalismo”. Mészáros aproxima-se da interpretação althusseriana da história sem sujeito, ao colocar como sujeito da história o capital, em vez do capitalismo.

Na lógica abstrata da mercadoria, o trabalho, também tornado mercadoria ou “coisificado”, perde a relação individual com o trabalhador do qual seria expressão viva e fundamental voltada para a satisfação das necessidades básicas humanas (valor de uso). Subordinado ao capital, torna-se, contraditoriamente, trabalho social, feito pelo coletivo dos trabalhadores, mas apropriado individualmente pelo capital. A fragmentação individual do trabalho não consegue esconder sua face social, mas esta só serve para realizar a mais-valia, absorvida completamente no valor de troca. Abstração violenta, não só no sentido do “estranhamento”, mas igualmente e talvez sobretudo como expropriação do valor produzido pelo trabalhador, mas apropriado por quem não trabalha e controla o trabalho dos outros. Esta abstração monstruosa aparece hoje, mais viva que nunca, no cassino financeiro globalizado: a maioria expressiva dos trabalhadores é condenada a sustentar o capital especulativo que vai perdendo, cada vez mais, qualquer compromisso produtivo e tornando-se, cada vez mais, *causa sui*. A “tirania do mercado” se consubstancia mormente no “mercado de trabalho”, pois este é tipo peculiar de mercado, também no capitalismo. A transação no mercado de trabalho não é relação direta de compra e venda, mas antes a expressão de uma “*relação hierárquica de poder estruturalmente predeterminada*” (Id.:973). Para Marx, vender a força de trabalho já significa alienação violenta, porque o trabalhador é despojado de sua marca de autonomia produtiva para si mesmo, subordinando-se à lógica do capital. Não existe aí possibilidade do contrato entre partes livres e iguais, porque os trabalhadores não são soberanos. Tanto é assim que para o capital a liberdade de movimentação é global, enquanto que o trabalhador está preso a situações locais e cada vez mais coibido de praticar a liberdade de trabalhar onde quiser. Eis aí razão crucial para o recuo dos sindicatos: ao tentarem remediar a precarização do trabalho, encontram pela frente dois obstáculos formidáveis: legislação autoritária de desregulação das relações de trabalho que expõe o trabalhador sem defesa ao movimento do capital, e o desemprego crônico que empurra o trabalhador para a defensiva. Na verdade, o capital globalizou-se, assumindo graus ainda mais abrangentes de mobilidade, enquanto o trabalho é impedido de participar da mesma liberdade. Mészáros refere-se ao tipo de “tolerância repressiva”, para assinalar a perspectiva do capital perante o trabalho sempre insinuando a liberdade de contrato, mas

escondendo a margem estreita ou nula de manobra do trabalhador. De certa maneira, esta mesma tolerância repressiva era própria do socialismo real, com sinais invertidos: “enquanto no Oeste (União Soviética e países satélites) o teatro político imaginava mudar a sociedade, mas nada podia dizer (criticar), no Leste (mundo capitalista) tudo se pode dizer, mas nada mudar” (Id.:997)³. E isto mostraria, entre outras coisas, que ambas as situações se subordinavam à lógica do capitalismo, mestre da tolerância repressiva. O “liberalismo” é a imagem viva desta hipocrisia – enquanto prega a abertura irrestrita dos mercados, usa o Estado para os proteger defensivamente. As grandes empresas vivem disso: pregam as “leis de mercado”, mas não as cumprem, porque na verdade as fazem; somente as médias e sobretudo as pequenas e microempresas as cumprem.

Pressuposto dos mais controversos é a noção linear de poder implicada na expectativa de cessação completa do que Marx chama de “poder político”, não só porque confunde-se poder político com tipo específico de exercício de poder, mas sobretudo porque supõe-se que a dinâmica do poder se resume na linha de cima para baixo. Assim se expressa Mészáros: “A questão do poder político em sociedades pós-revolucionárias é e continua a ser uma das mais desprezadas da teoria marxista. Marx formulou o princípio da abolição do ‘poder político propriamente dito’ em termos inequívocos: ‘A organização dos elementos revolucionários como um classe supõe a existência de todas as forças produtivas possíveis de serem desenvolvidas no seio da velha sociedade. Quer isto dizer que, depois da queda da velha sociedade, haverá uma nova dominação de classe culminando em um *novo poder político*? Não. A condição para a libertação do Terceiro Estado, da ordem burguesa, foi a abolição de todas as classes, assim como a de todas as ordens. A classe trabalhadora, no curso do seu desenvolvimento, substituirá a velha sociedade civil por uma associação que exclui as classes e seus antagonismos, e *não haverá poder político propriamente dito*, uma vez que o poder político é precisamente a expressão oficial do antagonismo na sociedade civil’. Marx foi ainda mais categórico: ‘Quando o proletariado é vitorioso, isto não significa que se torna o pólo absoluto da sociedade, pois é vitorioso apenas ao abolir-se a si mesmo e a seu oposto. Então, o proletariado desaparece assim como o oposto que o determina, a propriedade privada’” (2002:1012). Será sempre polêmica sem fim tentar decidir se a dialética dinamizada pela unidade de contrários poderia, um dia, acabar com a unidade de contrários, porque seria imaginar que o “caos estruturado” um dia deixaria de ser caos para ser ordem de alto a baixo. Na noção de pré-história, aplicada ao transcurso histórico até ao capitalismo, ressoa esta expectativa, indicando que, superada a contradição capitalista, entraríamos na “história” propriamente dita, na qual seria viável,

³ “Im Osten soll das Kabarett die Gesellschaft ändern, darf aber nichts sagen; im Westen kann es alles sagen, darf aber nichts ändern” – citação do *Der Spiegel*, 06/11/1957.

ao talante do socialismo científico e, ao final, do comunismo científico, inaugurar sociedade tão nova que já não seria possível interpretar através da dialética anterior, necessitando-se de nova dialética, que foi chamada, muito incomodamente, de “dialética não antagônica”. Primeiro, esta expectativa é contraditada frontalmente por versões pós-modernas da dialética (De Landa, 1997), inclusive de inspiração oriunda nas ciências naturais, como a de Prigogine. Segundo, análises mais interdisciplinares da sociedade humana, geralmente também inspiradas em avanços da pesquisa biológica dos seres vivos (Morin, 2002), não saberiam extirpar a marca complexa, não linear, ambígua e ambivalente da natureza e da sociedade. Sendo esta *unitas multiplex* que a faz dialética e histórica, não faria sentido postular que a história, um dia, desfaria a marca não linear, refugiando-se no porto seguro de estruturas lineares. Além de simplificada demais, esta visão exala salvacionismo inequívoco. Ainda, confunde-se geralmente conflito de classes com conflito social: aquele, por ser produto típico de fase histórica, pode ser erradicado, enquanto este, sendo fenômeno histórico-estrutural, reaparece em qualquer fase como motor principal das mudanças e que, por isso mesmo, são estruturais, não meramente conjunturais.

A eliminação do poder político em Marx, entretanto, vem acompanhada de duas condições cruciais. Primeiro, a base material precisa amadurecer adequadamente, permitindo a emancipação do trabalho do jugo do capital, para além da “penúria e antítese”. Nisto reaparece a coerência do materialismo dialético ou da determinação em última instância do econômico. Segundo, já que para superar a “penúria e a antítese” exige-se o mais alto desenvolvimento das forças produtivas, a revolução só poderia ser concebida em países capitalistas avançados. Ironicamente, porém, o socialismo surgiu em países periféricos e aí a expectativa se inverteu: “Tanto os soviéticos como os conselhos de fábrica foram destituídos de qualquer poder efetivo e, no decorrer do debate sindical, qualquer tentativa de assegurar mesmo um grau bem limitado de autodeterminação para a base da classe trabalhadora era descartada como ‘tolice sindicalista’ ou como ‘um desvio em direção ao sindicalismo e ao anarquismo’, vista como uma ameaça direta à ditadura do proletariado” (Mészáros, 2002:1022). Esta crítica, porém, é sobretudo autocrítica, já que transparece a dificuldade de lidar com o fenômeno político de modo mais flexível e não linear. A determinação em última instância do econômico já não parece ser boa idéia, porque lineariza em excesso a realidade não linear, tendo como resultado, por exemplo, relegar o político para segundo plano e por isso descartável mais à frente na história. Seria talvez mais congruente ver no político algo tão “infra-estrutural” quanto o econômico e outras marcas mais, dentro de percepção que respeite a complexidade da sociedade humana.

A eliminação da esfera política, como iria mais tarde perceber Gramsci (1978), tende a coincidir com o desprezo da cidadania ou das condições subjetivas em favor apenas de condições objetivas da revolução. Ademais, quando se questiona tão arduamente a incontornabilidade do capital no capitalismo, implicam-se tanto condições objetivas, quanto subjetivas. Estas aparecem naturalmente no reconhecimento de que a sociedade não estaria conseguindo conservar o mercado capitalista como meio, sendo abalroada por um tipo de mercado que se concebe como fim de tudo e regulador implacável da sociedade. De igual modo, postulando-se que é mister envolver toda a humanidade neste confronto, sugere-se que a dimensão política é tão essencial quanto a econômica. Mészáros, todavia, tenta defender o fim do poder político, chegando mesmo a sugerir que a experiência da Comuna de Paris, tendo sido tipo extremo ou emergencial de Estado, não poderia ser considerado “modelo” para a experiência histórica (Mészáros, 2002:1049).

Desafios para a política social

Frente às perplexidades da realidade e do debate, não há conclusões mais sólidas, mas navegar é preciso. A ocupação do governo federal por Presidente que se espera alternativo, a partir de 2002, indicaria alguma esperança alternativa, a começar pela idéia crucial do “social” como “estruturante” do econômico. Por conta da herança anterior, marcada não só pela instabilidade da moeda e alta da inflação, mas sobretudo por política social das mais vagabundas jamais vistas⁴, o novo governo dá a impressão de estar engessado nas tramas do capitalismo, em particular refém do mercado financeiro globalizado. Surge a eterna pergunta: é viável política social *preventiva, redistributiva e emancipatória* no capitalismo? Na voz de Mészáros parece que não, no que é coerente com a perspectiva mais radical de Marx. Não caberia imaginar que é possível vencer o capitalismo “aos pouquinhos”, ou vislumbrar algo que seria “política social de mercado” ou coisa parecida. Ao conclamar a colaboração global da sociedade marginalizada – algo similar à “globalização não hegemônica” de Santos (2002, 2002a) –, sugere corte radical definitivo, tendo no horizonte, ainda, o “fim do poder político”. Questionei, em parte, esta posição, cabendo agora averiguar chances de política social no capitalismo.

1. Primeira questão é aclarar até que ponto pode-se fazer política social dentro do capitalismo, ou como saltar fora do capitalismo agindo dentro dele. A argumentação marxista é dúbia. De um lado, protagoniza a noção dialética correta de que toda mudança provém da própria dinâmica do fenômeno em mudança; o socialismo é “produzido” dialeticamente, por suas forças

⁴ Custos sociais de R\$ 30 bilhões por ano para o combate à pobreza. Alusão de apenas por volta de 15 milhões de miseráveis, enquanto o novo governo aceita que existiriam mais de 40 milhões de pessoas que precisam ser incluídas no “Fome Zero”; “Comunidade Solidária” como proposta mínima, totalmente incapaz de dar conta da pobreza da população, mesmo detendo, aqui e ali, experiências pertinentes; aprendizagem decrescente nas escolas básicas (comparem-se resultados do SAEB de 1995 a 2001), mesmo que alguns indicadores quantitativos tenham melhorado; insegurança pública sem precedentes; desemprego já incontornável, sobretudo nas grandes periferias metropolitanas (Demo, 2003).

contraditórias, pelo capitalismo, sendo menos relevantes (ou mesmo irrelevantes) as iniciativas de intervenção humana externa; condições objetivas são determinantes, não as subjetivas. Esta visão coincide hoje com a argumentação biológica autopoietica: a natureza se transforma de dentro para fora, porque possui nela mesma o princípio dialético da transformação, que, por isso, é literalmente estrutural. De outro, dá a entender que não faz sentido arrumar, reformar, aprimorar o capitalismo, interpondo expectativa de corte radical; quem age no sistema, age para o sistema; segue a postura extremada de acabar com todo e qualquer “poder político”.

Sem “resolver” tamanho imbróglio, podemos aproveitar alguma coisa de ambos os lados. Começando pelo segundo lado, é importante não esconder em políticas sociais tramóias concessivas, como é o clássico exemplo da “distribuição da renda”, que jamais chega ao patamar da autêntica redistribuição. Exemplo maior, porém, é o risco de contaminação pela via do acesso ao poder – chegando ao poder, tende-se a perder-se nele e por ele, prática da qual a história está repleta, também na esquerda. Quanto ao primeiro lado, recomenda-se que purismos teóricos não servem para práticas alternativas, porque induzem ao imobilismo útil, sobretudo de quem, mesmo dizendo-se contra, está bem inserido no sistema. No tempo da ditadura militar, era comum escutar de técnicos estatais a alegação de que estariam trabalhando nas brechas do sistema, para responder à invectiva de esquerdas mais radicais que os culpavam de adesismo. Pode ser adesismo, obviamente, mas pode ser tática adequada, porque as discussões atuais reconhecem que o fenômeno do poder, enquanto tenta aparentar totalidade sem brechas, racha por todos os lados naturalmente, por ser dinâmica complexa não linear. Nesta luz pode-se ver a idéia da economia popular, ou da cooperativa mais concretamente falando: mesmo sendo fenômeno ainda capitalista, pode servir a seu amadurecimento rumo a alternativas, com base na expectativa dialética de que a alternativa não é “inventada” de fora, mas gestada de dentro. O “Fome Zero”, como todo programa social no capitalismo, pode ser “efeito de poder”, no extremo colaborando no agravamento da fome, ao enriquecer os ricos que “cuidam” da fome do pobre, mas pode ser idéia pertinente, se, ao invés de apenas “matar a fome”, se dispuser a superar o “problema da fome”. Seria absurdo ou esperteza alegar que, enquanto não se supera o capitalismo, não há razão para se combater a fome. No caso da cooperativa de produção, a crítica de Luxemburgo continua preocupando, mas, mesmo assim, o risco de tornar-se, com o tempo e com o crescimento, empresa capitalista, não empana suas faces políticas, educativas e culturais, que poderiam, dialeticamente falando, agir autopoieticamente. Uma idéia adequada é certamente realçar o desafio de globalização não hegemônica da cooperativa, para que adquira

volume global suficiente para se contrapor ao capitalismo globalizado. Como solução eventual, local e acanhado, não tem eco e some na sombra.

A discussão poderia tomar outro rumo: não cabe capitular, mas garantir a qualidade transformadora da política social, que encontra em ambiente capitalista periférico dificuldade extrema, mas não menos o desafio frontal de contraposição concreta. Por exemplo, está hoje mais claro do que nunca que políticas distributivas, ao estilo do crescimento econômico para resolver o desenvolvimento do país, sobretudo para garantir emprego, são tendencialmente farsantes, porque resumem-se em estratégias diversionistas para evitar o confronto com a redistribuição. Esta não decorre da lógica de mercado, mas seria conquista própria da cidadania coletiva. Na contramão está a política social capitalista clássica e típica, genuíno “efeito de poder” (Demo, 2002c), feita para encobrir processos de cultivo da desigualdade social. Um dos traços desta condição é a reserva de políticas sociais qualitativas para os ricos, e não qualitativas para os pobres. Com base em leis que proíbem discriminar o cidadão, protege-se o rico, enquanto se obriga o pobre a se confrontar com o rico com armas primitivas. Por isso, a universidade pública gratuita, forjada para dar acesso a quem mais precisa e não pode pagar, é reserva de mercado dos mais ricos, sendo proibido discriminar a estes sob o discurso do concurso igual para todos. Este concurso (vestibular, como regra) seria igual se todos fossem iguais. Não dispondo dos mesmos meios de confronto, os mais pobres não têm como fazer concurso igual, donde segue que não entrarão na universidade pública gratuita. A mesma artimanha surge na rejeição de “focalização” dos mais pobres, porque se esconde que o acesso universal só vale para quem pode, exatamente na mesma lógica do mercado liberal individualista: liberdade de quem pode, de acordo com o tamanho do bolso. Para fazer, por exemplo, redistribuição de renda, é imprescindível “prejudicar” os mais ricos, ou seja, é preciso focalizar os mais pobres. Sobretudo em sociedades de classes, a focalização já é a regra social – para os pobres, política social pobre; para os ricos, política social de qualidade. Focalização é inadequada quando feita pela elite ou a seu mando, como ocorre na grande parte das políticas sociais: são tão ruins, que só o pobre iria se interessar. Mas focalização é estratégia essencial quando comandada pelos próprios interessados, como é o exemplo notável do MST: não está interessado na distribuição, mas na redistribuição de terras, focalizada estritamente sobre os mais pobres.

2. Cabe distinguir entre capitalismo e capital, como sugere insistentemente Mézáros, mas em outra direção. Não se confundem mercado *tout court* e mercado capitalista. Toda sociedade desenvolve mercado de bens e serviços,

assim como todo mercado parece ser de tendência restritiva, porque manipula bens escassos. Sendo a natureza finita, os bens ao alcance são finitos. A disputa parece inevitável. Lidando ainda com a sobrevivência material, possui gancho dos mais fortes para atrelar as sociedades a seus ditames, distorcendo a relação de meios e fins. O mercado capitalista é apenas tipo de mercado, talvez o mais excludente conhecido, também porque combina cinicamente aumento sem precedentes de riqueza e bem-estar com exclusão de extensas maiorias. Capital é fenômeno próprio de toda sociedade, que se estabelece em algum território (recursos materiais), gera relações comerciais e produtivas (recursos de produção), inventa referências pecuniárias para transações e permutas (recursos financeiros), usa mão de obra (recursos humanos). O que cumpre combater é o sociometabolismo do capital incontrolável que se superpõe à sociedade. Neste sentido, pode-se imaginar que poderíamos ter outros tipos de sociometabolismo, menos predatórios. Assim como o metabolismo humano, feito de dentro para fora, nos parece adequado e sustentável, talvez pudéssemos aventar a idéia que nem todo capital, só por ser capital, deveria ser funesto. A riqueza de uma sociedade é também seu patrimônio, incomodando que em vez de ser bem comum, seja apropriado privadamente. Se esta argumentação vingasse, a distinção entre capital e capitalismo não é relevante, porque capitalismo indicaria precisamente a época na qual o capital incorporou o tipo de sociometabolismo incontrolável. A incontrolabilidade é do capitalismo, menos do capital, que, como instrumento de mercado, poderia, pelo menos em tese, estar a serviço do bem comum. Esta é argumentação sempre difícil, porque não temos exemplo histórico contrafactual. Mesmo assim, a indução empírica não permite gerar leis, como o próprio positivismo popperiano admite. Também não é assim que nada no capitalismo seja aproveitável, forçando-se dicotomias extremadas já fundamentalistas.

Esta alegação permitiria focar com mais calma fato recente da política do PT, quando Lula escolheu para seu Vice um empresário, sob arripios de muitas esquerdas. Se o consolo do capitalismo é o crescimento que gera emprego, a expectativa maciça sobre inserção no mercado clama por empresários que criam emprego. São figuras cruciais, neste sentido, da política social redistributiva, por mais que subsistam as contradições capitalistas. O risco desta aliança é iludir-se com efeitos de poder, mas, na prática, é risco implícito. Se grande parte das propostas empresariais rotuladas de “responsabilidade social” são farsantes, isto não impede de reconhecer algumas que não são ou poderiam não ser. Não seria o caso responder ao fundamentalismo norte-americano que separa o mundo entre os bons e os maus, com o fundamentalismo que separa empresários e trabalhadores como referências absolutamente irreconciliáveis. Primeiro, há grupo de “trabalhadores” que

está inserido no mercado com salários atrativos e que, em certos casos, permite até mesmo acumulação de capital. Segundo, estando a maioria dos trabalhadores no mercado informal, a participação no mercado formal tende a ser privilegiada, pelo menos do ponto de vista previdenciário. Terceiro, o emprego público, menos que o privado, pode admitir relações de trabalho bem mais tragáveis e por isso é perseguido com insistência, em especial por quem quer emprego, não trabalho. É preciso, pois, deglutir (não engolir) esta contradição: ao tempo que se combate o capitalismo, não escapamos de nos inserir nele. Para mudá-lo, há que agir dentro dele. Buscamos superar o capitalismo, que é o tipo de sociometabolismo do capital predatório e incontrolável, não propriamente o capital, como se este fosse em si já perverso. Mal comparando, assim como não é possível descartar a agressividade humana – faz parte de seu equipamento biológico e cultural – não é possível descartar o capital, sendo mais inteligente saber conviver criticamente com ele, sobretudo guardando a relação adequada entre meios e fins, eticamente falando. Voltando ao argumento marxista, tanto o socialismo, quanto o comunismo implicariam desenvolvimento pleno da economia, e, aludindo à necessidade da “administração das coisas” (Engels, 1971), indica-se que é mister gerir o capital da sociedade, que já não seria marionete do sociometabolismo capitalista.

3. Torna-se crucial a *qualidade política* da população para implantar mudanças de profundidade. No marxismo “ortodoxo” (por exemplo, da Contribuição para a crítica da economia política – Marx, 1973; Demo, 1995), a participação humana na transformação da história é subordinada às condições objetivas, pelo menos em tese. Na prática, Marx matizou esta posição acentuadamente, seja porque sempre qualificou a economia como economia “política”, ou porque, na Comuna de Paris, reconheceu a importância da qualidade política dos trabalhadores associados, ou porque conclamou a “ditadura do proletariado”, ainda que esta nunca tenha passado, no socialismo real, de ditadura do partido. O que mais perturba é a insistência na supressão do “poder político”, tese acentuada também por Mészáros e que seria, em grande parte, decorrência do materialismo histórico tomado ao pé da letra. Todavia, a história tem mostrado que nem condições objetivas, nem subjetivas sozinhas são suficientes para transformar a sociedade. Primeiro, é mister reconhecer que condições subjetivas não são invencionice ideológica, mas parte da trajetória biológica e cultural do ser humano, à medida que aprimorou a habilidade de saber pensar, conhecer e aprender (Demo, 2002). A autonomia humana é hoje incomparável com aquela do tempo das cavernas, embora isto não sugira que seríamos capazes, um dia, de fazer a história que bem quisermos. Nossa autonomia é sempre também dependente de condições objetivas. Segundo, em outra direção, como aponta Gorender

(1999), o marxismo sempre esperou demais da ditadura do proletariado, sem perceber que o proletariado não teria, em si, vocação revolucionária. Embora esta tese de Gorender seja pessimista em excesso, como é pessimista a expectativa da “derrota da dialética” de Konder (1988), tendo em vista o fracasso do socialismo real, sugere que a história não muda só pela determinação em última instância do econômico. Cidadania é essencial. Aparece de imediato na exigência de que é preciso arregimentar todas as forças de oposição em sentido global, sem falar que já ninguém acredita que redistribuição de renda seja resultado da lógica do mercado capitalista.

A qualidade da democracia torna-se, como expressa Santos (2002), desiderato vital e fatal, aclarando algumas razões do fracasso de muitas políticas sociais impostas de cima para baixo, sem levar em conta a **pobreza política** (Demo, 2003). Esta parece ser o cerne mais duro da pobreza, porque aponta para a exclusão política forjada, cultivada, mantida e que se consubstancia na massa de manobra, bem delineada, por exemplo, na noção de exército de reserva. Este não é só reflexo quantitativo da sobra de mão de obra, é sobretudo a condição de barganha política do capitalismo. Ironicamente, muitos analistas conservadores usam esquema marxista ortodoxo, quando vêem na pobreza apenas carência material e reduzem a política social a simples mecanismo de transferência de renda. Este mesmo problema aparece na noção de “renda mínima” – artefato tipicamente neoliberal – e, em certo sentido, também na “renda básica” de Suplicy (2002), porque ainda fundadas na ingenuidade do simples repasse de renda, sem perceber que renda não se transfere, mas se disputa ferozmente. Ignora-se o contexto capitalista, a história social perversa desde 1500 e a condição periférica, para apostar em leis e promessas politiquêiras que garantiriam, não mais que repente, o acesso de todos, sem exceção, a um montante mensal de renda, que, para ser para todos, vai implicar valor mínimo, desprezível. Seria maravilhoso se todos os brasileiros sem exceção (toda a população) recebessem por mês, digamos, R\$ 100,00, porque isto não teria grande efeito nos ricos, mas seria fundamental para os mais pobres, além de agitar razoavelmente a economia popular, mas, para tanto, é mister cidadania soberba, senão por outras razões, pelo menos para evitar que a quantia repassada sejam os célebres R\$ 15,00 do governo FHC na bolsa-escola. Quando se pretende combater apenas a carência material, tende-se a manter o cidadão atrelado a benefícios sobre os quais não mantém o controle. Políticas que reforcem as condições de cidadania são, por isso, absolutamente estratégicas, como acesso qualitativo à educação, conhecimento, comunicação, cultura, informação. *Política social do conhecimento* (Demo, 1999) seria desafio dos mais fundamentais, porque acena para a importância de saber pensar para poder transformar.

4. De grande relevância é a polêmica sobre a sustentabilidade do desenvolvimento capitalista. Cresce o entendimento de que é impraticável, por conta exatamente do sociometabolismo capitalista. Santos (2002, 2002a) por isso pede não apenas desenvolvimento alternativo, mas alternativa ao desenvolvimento. Esta expressão pode esgotar-se em gesto apenas retórico, mas tem de fundamental o reconhecimento de que no capitalismo é impossível preservar a natureza e a sociedade. A posição de Mészáros é, neste campo, inequívoca. Entretanto, pode-se alargar ainda mais esta polêmica, incluindo também a noção biológica da entropia, segundo a qual, não só o desenvolvimento capitalista (alguns veriam contradição nos termos, porque o capitalismo não admite “desenvolvimento”, se entendermos este não só de dentro para fora, mas sobretudo comprometido com o bem comum, eticamente falando) seria predatório, mas qualquer desenvolvimento. A razão seria que toda dinâmica natural de mudança implica desgaste histórico, sugerindo que a tendência predatória é genérica. No capitalismo é exacerbada abusivamente. Toda população que ocupa espaço e usa seus recursos, imprime algum efeito predatório, donde seguiria cuidado redobrado com a preservação dos direitos das futuras gerações. Nesta mesma esfera, aparece o desafio da propriedade coletiva, em negação direta ou convívio relativo com a propriedade individual. As sociedades não são iguais, mas poderiam ser igualitárias (Morin, 2002. Demo, 2002), e se isto fosse aceitável, haveria que interpor algum meio termo muito complicado entre absoluto coletivismo e absoluto individualismo. Decidir que tipo de apropriação privada ainda seria compatível com a prevalência do bem comum é questão das mais acerbadas para a democracia popular, mas muito sensível a um tipo de história que contemple tanto a biodiversidade natural das sociedades e pessoas, quanto sua origem e destino comuns. O capitalismo é execrável porque expandiu o mercado incontrolável e subordinou a sociedade à lógica abstrata da mercadoria, mas o coletivismo exacerbado não é menos execrável, porque apaga o indivíduo e extingue a riqueza da diversidade. Não há solução que não seja muito relativa. Democracia bem concebida e praticada é feita para dar conta deste tipo de filigrana insondável. O mesmo direito à igualdade é o direito à diferença, como mostra a discussão sobre o multiculturalismo (Santos, 2003).

5. É tempo de resgatar o trabalho. Ao tempo em que se prometia seu recuo, quase sua supressão como referência importante da vida das pessoas, ironicamente recrudescer a precarização do trabalho, tornando o acesso a trabalho a luta diária de contingentes cada vez mais numerosos de pessoas (Antunes, 2000). Por vezes, confunde-se trabalho com trabalho subsumido à lógica do capital, sobretudo quando se fala de trabalho produtivo. Tendências assistencialistas, por vezes de esquerda, espargem certa visão negativa do

trabalho produtivo, como se implicasse sempre a exploração capitalista. É notória, por exemplo, a má vontade do Estatuto da Criança e do Adolescente, com respeito ao trabalho produtivo, admitindo, a contragosto, apenas o trabalho de “mentirinha”. Na tradição marxista isto seria impensável, já que trabalho é “a” categoria humana fundamental, sem falar que, economicamente, seria a única fonte de valor. Embora isto deva ser visto como exagero, não retira a noção básica de que a dignidade social não se faz sem trabalho. Esta perspectiva foi reacendida com a proposta de Lula de garantir emprego e trabalho para os excluídos, mais do que apenas assistência, porque, enquanto esta tende a manter a dependência, aquele poderia ter efeitos de autonomia mais claros. Por certo, para superar o problema da fome (não só matar a fome), não basta dar comida, mas é imprescindível que o faminto consiga ou produzir sua comida ou comprá-la com recursos próprios. Escutam-se freqüentemente alusões pejorativas à “ética do trabalho”, para conotar o trabalho sem ética do capitalismo, estigmatizado por Weber no mundo protestante nórdico. Confunde-se, de novo, trabalho humano com trabalho capitalista, deixando-se de perceber a relevância extrema do trabalho para a autonomia das pessoas e sociedades.

Por outra, deixa-se de considerar trabalho o que no fundo é tipicamente trabalho na perspectiva marxista, como seria “estudar” – a criança não deve trabalhar dentro do sociometabolismo capitalista, mas, quando a enviamos à escola, a fazemos trabalhar no sentido mais legítimo do termo. Esta noção de trabalho precisa ser resgatada, o que vai aparecer claramente entre os idosos, à medida que se tornarem segmento populacional dominante. Querem trabalhar, menos para ganhar a vida, mas para realizarem-se em termos humanos. Geralmente quem desprestigia o trabalho produtivo ou não precisa dele para sobreviver, ou explora o dos outros. Incômodo gritante é o confronto atual entre trabalhadores formais e informais, já que estes se tornaram maioria, implicando, de alguma forma, a desregulação das leis de proteção ao trabalho. O retrocesso nos direitos do trabalho é, talvez, o indicador mais grave da perversidade do neoliberalismo, mas, tomando em conta o exército de reserva informal, torna-se ilusório não admitir algum âmbito de desregulação do trabalho, engolindo-se aí inevitavelmente sua precarização crescente. Aí está o sociometabolismo capitalista eticamente insustentável, mas que faz parte de nossas vidas nesta quadra histórica. No entanto, a inserção no mercado de trabalho tornou-se nó górdio, porque o pleno emprego, além de nunca ter existido como condição comum, hoje é ainda mais impraticável. Este é um dos maiores tormentos da política social, ao lado da precariedade da cidadania: a necessidade de emprego para populações profissionalmente despreparadas coincide com tipo ultrapassado de economia, que não cabe na globalização;

dentro da economia globalizada competitiva, além de se exigirem “recursos humanos” bem preparados, o mote central é crescer com base na desregulação do mercado e diminuição da mão de obra. Postulamos como solução o que é, na verdade, nosso algoz. É bem possível que, ao final do governo Lula, em vez da falta de 10 milhões de empregos, tenhamos muito mais que isso.

Pesquisas sobre a ressocialização de adolescentes em conflito com a lei mostram que eles clamam por oportunidade de emprego e renda, muito além de assistência e educação previstas no ECA⁵, como parte imprescindível de seu projeto de recuperação social. Contudo, este desiderato esbarra frontalmente contra situação de redução do emprego, além da redução do valor das remunerações. As tentativas em curso de promover a inserção no mercado são válidas (programas de primeiro emprego, de profissionalização em massa, de volta ao mercado de desempregados) (Pochmann, 2002), mas contêm, ao fundo, desespero de causa: não há como colocar a todos lá dentro, porque mercado capitalista jamais teve este propósito, e, hoje, menos ainda. Muitos hão de retirar daí a tese típica do *welfare state* da assistência universal, mas esta pode encobrir engodos ainda mais graves: ignora o contexto capitalista da luta de classes, a origem material da assistência que é o trabalho produtivo dos outros, a preferência da população por renda própria sem depender de assistência, a necessidade de redistribuição, não apenas de distribuição da renda, etc. Segue, porém, que assistência é indispensável, como direito radical de sobrevivência: para sobreviver não se pode depender de nada, muito menos do mercado. Mézáros teria aqui muita razão: para mudar, será mister confronto ostensivo com o mercado, para que a sociedade tome as rédeas em suas mãos. Política social que não implique confronto com o mercado capitalista, deixa tudo como está.

6. Este reconhecimento, retoma a necessidade de encaixar devidamente na política social as noções de redistribuição, emancipação e prevenção, ao lado da assistência. Esta não é maior nem menor. Cada uma tem seu lugar e uma implica a outra. Olhando as origens do *welfare state*, parece claro que não seria explicável seu surgimento sem o lastro da educação básica universalizada e a organização sindical imponente que, junto ainda com partidos mais de esquerda (à época era assim dita socialdemocracia), possibilitaram processos redistributivos de renda, como decorrência de processos emancipatórios. Embora o boom econômico da época (Plano Marshall) detivesse igualmente sua relevância obviamente (infra-estrutura nunca é algo secundário), a qualidade do *welfare state* foi fundamentalmente “política”. Observa-se mais facilmente a colheita assistencial, mas deixa-se de lado que foi resultado da qualidade política. Tanto foi assim que, uma vez acalmada a sociedade pela via das assistências, a cidadania recuou e permitiu, com grande facilidade, a

⁵ Veja tese de mestrado de Marlúcia Ferreira do Carmo, “Política social como efeito de poder: o desafio da (res)socialização de adolescentes em conflito com a lei”, julho de 2003, Mestrado de Política Social, UnB, Brasília.

volta do liberalismo. Na verdade, não foi o *welfare state* que entrou em crise, foi a cidadania que já não deu mais conta do mercado capitalista, escancarando que o substrato capitalista deste tipo de sociedade e mercado nunca tinha sido realmente mudado. Não por acaso, um dos argumentos do neoliberalismo é a sobrecarga de benefícios sobre o Estado, retirando daí a reivindicação de que o mercado seria melhor regulador da sociedade. Mudamos um fetiche por outro, a saber, fomos do Estado como regulador da sociedade ao mercado como regulador da sociedade. O equívoco é simples: ambos são meios; a sociedade é fim. Mas, para que esta relação seja conveniente, é imprescindível tipo de sociedade dinamizada pela cidadania coletiva, capaz de colocar Estado e mercado como instrumentos do bem-estar coletivo.

A meu ver, a pretensão justa de exigir política social redistributiva, emancipatória e preventiva também revela à revelia que sua implantação neste tipo de sociedade dominada pelo sociometabolismo capitalista é ilusória. Ao reconhecer isso, porém, não se pode cair no imobilismo, porque não só as mudanças mais profundas são de origem dialética intrínseca, como as podemos apressar, se tivermos cidadania adequada. Política social também é benefício, mas é intestivamente cidadania.

ABSTRACT: Neoliberalism signifies the recuperation of liberal context dominated by market regulation concerning development of economy and society. The analysis recognizes being neoliberalism an impasse, since it is impossible that the market be regulated by citizenship. What occurs is the regulation of citizenship by the market in a merciless way. Social policies tend so to be compensatory, never touching the concentration dynamics of income and power. They become merely distributive, that is, they do distribute budgetary leftovers for a population considered as leftover, however much it could be the majority. It is impracticable at the same time to insert in the labor market all the economically active population, because it is part of the competitive globalized dynamics of this system to growth reducing labor occupations. This is the dynamics of relative plus-value, commanded by science and technology. If the economic system would be forced to assume our ten millions of unemployed people, it could not be competitive any more. Informal sector already encompasses the majority of workers (in reality, it approximates already to 2/3) and we do not visualize how this could change in the future. The neoliberal impasse consists precisely of this perverse regulation the market imposes over citizenship.

Key-words:
neoliberalism,
citizenship, market
regulation.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. 2000. Os Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo Editorial, São Paulo.
- BOURDIEU, P. (Org.). 1998. A Miséria do Mundo. Vozes, Petrópolis.

CASTELLS, M. 1997. *The Rise of the Network Society - The information age: Economy, society and culture*. Vol. I. Blackwell, Oxford.

CASTELLS, M. 1997a. *The Power of Identity - The information age: Economy, society and culture*. Vol. II. Blackwell, Oxford.

CASTELLS, M. 1998. *End of Millennium – The information age: economy, society and culture – Vol. III*. Blackwell, Malden (MA).

CAUFIELD, C. 1998. *Masters of Illusion – The World Bank and the Poverty of Nations*. Henry Holt and Company, New York.

CEPAL. 1992. *Equidad y Transformación Productiva – Un enfoque integrado*. CEPAL, Santiago.

CEPAL/OREALC. 1992. *Educación y Conocimiento – Eje de la transformación productiva con equidad*. CEPAL, Santiago.

COCCO, G. 2000. *Trabalho e Cidadania – Produção e direitos na era da globalização*. Cortez, São Paulo.

COLLINS, R. 1998. *The Sociology of Philosophies – A global theory of intellectual change*. The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts.

DE LANDA, M. 1997. *A Thousand Years of Nonlinear History*. Swerve Editions, New York.

DEMO, P. 1985. *Participação é Conquista – Noções de política social participativa*. Cortez, São Paulo.

DEMO, P. 1995. *Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida*. Autores Associados, Campinas.

DEMO, P. 1997. *Charme da Exclusão Social*. Autores Associados, Campinas.

DEMO, P. 1999. *Política Social do Conhecimento – Sobre futuros do combate à pobreza*. Vozes, Petrópolis.

DEMO, P. 2000. *Educação pelo Averso – Assistência como direito e como problema*. Cortez, São Paulo.

- DEMO, P. 2000a. Saber Pensar. Cortez, São Paulo.
- DEMO, P. 2001. Cidadania Pequena. Autores Associados, Campinas.
- DEMO, P. 2002. Introdução à Sociologia – Complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. Atlas, São Paulo.
- DEMO, P. 2002a. Politicidade – Razão humana. Papirus, Campinas.
- DEMO, P. 2002b. Complexidade e Aprendizagem – A dinâmica não linear do conhecimento. Atlas, São Paulo.
- DEMO, P. 2002c. Solidariedade como Efeito de Poder. Cortez, São Paulo.
- DEMO, P. 2003. Pobreza da Pobreza. Vozes, Petrópolis.
- ENGELS, F. 1971. Do socialismo utópico ao socialismo científico. Estampa, Lisboa.
- SCOREL, S. 1999. Trajetórias de Exclusão Social. FIOCRUZ, Rio de Janeiro.
- FIORI, J.L. 1995. Em Busca do Dissenso Perdido – Ensaio crítico sobre a festejada crise do Estado. Insight Editorial, Rio de Janeiro.
- FIORI, J.L. 1997. Os Moedeiros Falsos. Vozes, Petrópolis.
- FORRESTER, V. 1997. O Horror Econômico. Ed. UNESP, São Paulo.
- GORENDER, J. 1999. Marxismo sem Utopia. Editora Ática, São Paulo.
- GOYARD-FABRE, S. 2003. O Que É Democracia? Martins Fontes, Lisboa.
- GRAMSCI, A. 1978. Concepção dialética da história. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- HARDT, M. & NEGRI, A. 2001. Império. Record, São Paulo.
- HENRIQUES, R. (Org.). 2000. Desigualdade e Pobreza no Brasil. IPEA, Brasília.
- KIM, J.Y. et alii (Ed.). 2000. Dying for Growth – Global inequality and the health of the poor. Common Courage Press, Monroe.
- KONDER, L. 1988. A Derrota da Dialética. Ed. Campus, Rio de Janeiro.

- KURZ, R. 1996. O Colapso da Modernização – Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- KURZ, R. 1997. Os Últimos Combates. Vozes, Petrópolis.
- MARX, K. 1973. Contribuição para a Crítica da Economia Política. Estampa, Lisboa.
- MATURANA, H. 2001. Cognição, Ciência e Vida Cotidiana. Organização de C. Magro e V. Paredes. Ed. Humanitas/UFMG, Belo Horizonte.
- MÉSZÁROS, I. 2002. Para Além do Capital. Boitempo, São Paulo.
- MONTAÑO, C. 2002. Terceiro Setor e Questão Social - Crítica ao padrão emergente de intervenção social. Cortez, São Paulo.
- MORIN, E. 2002. La Méthode - 5. L'humanité de l'humanité. L'identité humaine. Seuil, Paris.
- PEREIRA, P.A.P. 2000. Necessidades Humanas – Subsídios à crítica dos mínimos sociais. Cortez, São Paulo.
- POCHMANN, M. (Org.). 2002. Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade - Novos caminhos para a inclusão social. Cortez, São Paulo.
- POLANYI, K. 2000. A Grande Transformação – As origens da nossa época. Campus, Rio de Janeiro.
- PRIGOGINE, I. 1996. O Fim das Certezas – Tempo, caos e as leis da natureza. Ed. UNESP, São Paulo.
- PRIGOGINE, I./STENGERS, I. 1997. A Nova Aliança. Ed. UnB, Brasília.
- RAMONET, I. 2003. Guerras do Século XXI – Novos temores e novas ameaças. Vozes, Petrópolis.
- RIFKIN, J. 2000. The Age of Access – The new culture of hypercapitalism where all of life is a paid-for experience. Jeremy P. Tarcher/Putnam. New York.
- SANDERS, T.I. 1998. Strategic Thinking and the New Science – Planning in the midst of chaos, complexity, and change. The Free Press, New York.

SANTOS, B.S. (Org.). 2002. Democratizar a Democracia - Os caminhos da democracia participativa. Vol I. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

SANTOS, B.S. (Org.). 2002a. Produzir para Viver - Os caminhos da produção não capitalista. Vol. II. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

SANTOS, B.S. (Org.). 2003. Reconhecer para Libertar – Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Vol. III. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

SINGER, P/SOUZA, A.R. 2001. A Economia Solidária no Brasil - Autogestão como resposta ao desemprego. Contexto, São Paulo.

STEWART, T.A. 1998. Capital Intelectual - A nova vantagem comparativa das empresas. Campus, Rio de Janeiro.

STIGLITZ, J.E. 2002. A Globalização e seus Malefícios. Futura, São Paulo.

SUPLICY, E.M. 2002. Renda de Cidadania - A saída é pela porta. Cortez, São Paulo.

TODD, E. 1998. A Ilusão Econômica – Ensaio sobre a estagnação das sociedades desenvolvidas. Bertrand Brasil, São Paulo.

TOMMASI, L.D., WARDE, M.J., HADDAD, S. (Orgs.). 2000. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. Cortez, São Paulo.

WALLERSTEIN, I. 2002. Após o Liberalismo - Em busca da reconstrução do mundo. Vozes, Petrópolis.